

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.dj@abr.com.br

A esfinge

Os políticos estão fazendo fila para tentar uma conversa com o ministro Dias Toffoli, relator do caso Master/BRB. Até aqui, o ministro está "fechado em copas". Não recebeu ninguém. Aliás, ele foi escolhido relator por sorteio. E, conforme o leitor da coluna já sabe, não abrirá mão da relatoria e vai trabalhar no caso em silêncio.

Lula de olho no Senado

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem usado quase todos os seus momentos de folga para montar os palanques estaduais. Em São Paulo, fará de tudo para o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ser candidato ao Senado. No entorno do presidente, há um consenso: sem o Senado, não dá. Hoje, o "plenário azul" é estratégico para qualquer lado da política.

Na mira

Paralelamente a projetos com peso eleitorais, parlamentares ligados ao livre mercado vão defender a regulamentação dos cigarros eletrônicos, os "vapes". De acordo com a Frente Parlamentar pelo Livre Mercado (FPLM), 100% do mercado de venda de "vapes" é ilegal e pertence ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Além disso, 66% dos brasileiros acreditam que o combate ao cigarro eletrônico não tem sido eficiente. Por isso, legalizar com regras semelhantes às do tabaco é visto como uma boa solução.

Um dos problemas

Na análise de João Accioly, presidente interino da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o antigo hábito de resolver tudo com termo de compromisso pode ser uma das lições que a autarquia deverá aprender. "Os acordos (relativos às empresas ligadas ao Banco Master desde 2019) foram feitos sem prever que o escândalo chegaria onde chegou", disse. Conforme disse, o primeiro processo com empresas ligadas ao banco de Daniel Votorcão são de 2020 e, por isso, as investigações começaram, no mínimo, em 2019.

Renan e a Lei Complementar 105

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Renan Calheiros (MDB-AL) vai coordenar a comissão composta por ele e mais quatro senadores para acompanhar as investigações do Banco Master/BRB. E vai para cima do mercado financeiro. A partir de 4 de fevereiro, quando essa comissão de acompanhamento será instalada, Renan vai sacar a Lei Complementar 105, que dispõe sobre o sigilo de dados de instituições financeiras, e já tem em mãos pareceres que dão à comissão acesso aos dados sigilosos. Até aqui, o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), conseguiu evitar que os políticos tivessem acesso às

informações classificadas da investigação. Resta saber se conseguirá fechar mais essa porta que Renan abrirá.

»»»

O vídeo liberado por Renan menciona R\$ 50 bilhões de impacto sobre o Fundo Garantidor do Crédito (FGC) e descasca a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Renan quer ir atrás dos fundos de investimento cujos beneficiários eram outros fundos. E seguir o caminho do dinheiro até chegar aos beneficiários finais. Em um ano eleitoral, é ouro puro para quem tiver acesso às informações.



CURTIDAS

Não desiste nunca! O coach e ex-candidato à Prefeitura de São Paulo Pablo Marçal está oferecendo consultoria política para pré-candidatos. Apesar da derrota no primeiro turno e da inelegibilidade, Marçal acredita que teve importância no cenário político paulistano e pode ajudar os interessados.

Cinema brasileiro em alta! Com quatro indicações ao Oscar, *O Agente Secreto* bate o recorde de indicações para um filme brasileiro. Direto de Recife para Los Angeles!

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



O pessoal lá sempre falava que o Senado era o céu, o mais perto do paraíso. A casa do equilíbrio. Mas estão transformando num inferno. Uns capetinhas ganharam o mandato fazendo selfies e espalhando fake news, com inserções aventureiras nas redes sociais. Tem que se resgatar o paraíso. Não é à toa que é preciso ter 35 anos para ser senador!"

Do presidente da Agência Brasiliense de Exportações (Apex-Brasil), Jorge Viana, que já foi senador e governador do Acre

PODER

Discreto sinal de independência

Interlocutores de Tarcísio dizem que justificativa para não ver Bolsonaro aponta que não aceita ser emparedado pelo clã

Estadão Conteúdo



Pessoas próximas a Tarcísio afirmam que é cedo para que declare apoio a Flávio, ungido candidato por Bolsonaro

A decisão do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de adiar a visita que faria ontem ao ex-presidente Jair Bolsonaro, preso no 19º Batalhão de Polícia Militar — a Papudinha —, abriu um novo capítulo nas disputas internas da direita sobre a candidatura do bolsonarismo para a corrida presidencial. Embora o pedido para o encontro tenha partido do próprio Bolsonaro ao governador, e a autorização tenha sido concedida pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), Tarcísio optou por permanecer em São Paulo. E registrou na agenda oficial: "despachos internos".

Em publicação no X (antigo twitter), Tarcísio tentou amenizar as críticas que vem recebendo por não ter visitado Bolsonaro. Disse que vai vê-lo na próxima quinta-feira e, também, que é candidato à reeleição em São Paulo. Isso, porém, não apaga a impressão de que não pretende se submeter àquilo que o clã Bolsonaro quiser.

A visita estava prevista para ocorrer entre 8h e 10h, mas foi cancelada sob a alegação de conflito de compromissos. Em nota, o Palácio dos Bandeirantes afirmou que houve incompatibilidade de agenda e que uma nova data será solicitada. Nos bastidores, porém, a avaliação é de que o adiamento teve peso político maior do que o argumento para não encontrar Bolsonaro sugere.

Interlocutores relatam que Tarcísio seria pressionado, no encontro, a explicitar apoio público à candidatura presidencial do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e a reafirmar que seu projeto eleitoral se limita à reeleição ao governo paulista. A cobrança teria

incomodado o governador, que, embora nunca tenha declarado intenção de disputar o Palácio do Planalto, enfrenta estímulos de setores da direita para manter o nome no jogo presidencial.

O senador tem enfatizado, publicamente, que Jair Bolsonaro o apontou como candidato natural da direita, ao mesmo tempo em que insiste que Tarcísio deve concentrar-se na reeleição em São Paulo. A estratégia busca afastar o governador da corrida presidencial.

Nos bastidores, contudo, cresce o desconforto de Tarcísio com a insistência dos filhos do ex-presidente para que ele exponha, enfaticamente, seu apoio a Flávio. Pessoas próximas ao governador avaliam que a pressão pública constrange

o limita sua margem de articulador nacional, sobretudo porque a direita não conseguiu unificar-se em um único nome para enfrentar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A disputa não se restringe a Tarcísio e Flávio. Dentro da própria família Bolsonaro, há sinais de conflito. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro nunca afirmou que pretende disputar a Presidência, mas tem adotado um discurso com forte projeção nacional e ampliado sua presença política como líder do PL Mulher. Aliados defendem abertamente seu potencial eleitoral e não descartam, nos bastidores, a hipótese de uma chapa em que Michelle figure como vice de Tarcísio, caso o governador venha mesmo a entrar na disputa.

Michelle tem demonstrado

capacidade de mobilização, influência na base conservadora e habilidade nas articulações, fatos que reforçam seu peso no tabuleiro do bolsonarismo. Esse movimento adiciona mais um elemento de tensão ao processo de escolha de um sucessor para o ex-presidente, que, mesmo preso, segue como figura central do campo político que aglutina.

Sem empolgação

As fissuras ficaram ainda mais evidentes depois da declarações do pastor Silas Malafaia, uma das vozes mais estridentes do bolsonarismo. Ele afirmou, em entrevista na quarta-feira ao SBT News, que a pré-candidatura de Flávio não empolga lideranças nem o

eleitorado da direita. Ainda aponta Tarcísio como um nome com maior potencial para disputar o Planalto. Para Malafaia, falta ao senador densidade política para unificar o campo conservador e, segundo ele, parte dos apoiadores evita críticas públicas ao senador por receio "de se queimar".

"Tarcísio encarna o novo, vem com rótulo de competência e governabilidade, e consegue dialogar com a direita e com a esquerda", explicou Malafaia, ao defender que apoiará, em eventual segundo turno, o candidato de direita que considerar mais viável eleitoralmente.

Em sentido oposto, parlamentares alinhados ao núcleo familiar reforçam a candidatura de Flávio. A deputada federal Bia Kicis (PL-DF) afirmou que Jair Bolsonaro continua a "dar as cartas" na direita, e que o filho 01 seria o principal beneficiário dessa influência. "Ele empolgou os aliados e a base bolsonarista", disse, ao mencionar, porém, que uma chapa com Tarcísio e Michelle também seria "uma ótima opção", caso o cenário mude.

O ex-deputado Eduardo Bolsonaro foi ainda mais direto ao afirmar que Tarcísio não tem peso político para se opor à candidatura do irmão. Segundo ele, qualquer movimento fora desse arranjo representaria um rompimento com a base que o elegeu governador. "Ele não tem a opção de ir contra o Bolsonaro", afirmou, ao sustentar que a corrida presidencial está definida em favor do irmão.

Apesar das tentativas de enquadramento, o adiamento da visita de Tarcísio a Bolsonaro foi lido por aliados como um gesto de autonomia do governador, ainda que não seja ostensivo. Ao priorizar compromissos internos, sinalizou que não pretende se deixar emparedar e que amplia articulações com empresários e investidores.

Visita de ministro

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro solicitou ao Supremo Tribunal Federal (STF) autorização para uma visita do ministro Jorge Oliveira, do Tribunal de Contas da União (TCU), a ele na Papudinha. O pedido foi encaminhado ontem ao ministro Alexandre de Moraes, relator da execução penal.

Oliveira foi o autor de uma tese, em 2024, que fez com que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não devolvesse um relógio Cartier avaliado em R\$ 60 mil. Esse entendimento pode beneficiar Bolsonaro no caso da venda ilegal de joias da Presidência.

Oliveira é militar da reserva da Polícia Militar do Distrito Federal. Aproximou-se de Bolsonaro por causa do pai, também ex-capitão do Exército e que trabalhou no gabinete do então deputado federal por duas décadas.

O ministro assessorou Bolsonaro e saiu em 2007. Oito anos depois, trabalhou o então deputado federal Eduardo Bolsonaro até 2018, de onde saiu para a Secretaria-Geral da Presidência. Ficou entre junho de 2019 e dezembro de 2020, quando assumiu o TCU por indicação do ex-presidente.

O voto do ministro do TCU determinou que Lula não precisaria devolver o relógio a ele presenteado na viagem à França em 2005. Argumentou que a Corte não pode decidir quais itens vão para o acervo pessoal de ex-presidentes. Foi acompanhado por quatro votos.

Na prática, o TCU anulou um entendimento de 2016 que determinou que peças de alto valor devem ser incorporados no patrimônio da União.